

A *Revista Direito Público* – publicação oficial do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito Constitucional (Mestrado e Doutorado Acadêmico) do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP) – traz aos seus leitores um conjunto de artigos que tratam de diversos aspectos relacionados ao campo do Direito Público.

Este número traz quatro artigos de autoras e autores estrangeiros. De Anna Silvia Bruno, da Universidade de Turin, com o artigo *The role of the territory in European policies of urban regeneration and the need for an ecological turnover*, aborda o tema da regeneração urbana e territorial nas políticas regionais europeias e italianas, no contexto da emergência sanitária global. Da Universidade de Granada, o artigo *Direitos estatutários autônomos no contexto da tutela multinível*, de Antonio Pérez Miras, analisa o conceito de direito estatutário, compreendendo-o a partir do contexto da tutela multinível de direitos e explorando a jurisprudência do Tribunal Constitucional espanhol.

Ricardo de Macedo Menna Barreto, da Universidade do Minho, com o artigo *Estudos críticos do discurso e hermenêutica: interpretação, ideologia e Direito*, pretende dar prosseguimento aos desenvolvimentos teóricos da Crítica Linguística do Direito para analisar a necessidade de articulação dos Estudos Críticos do Discurso com um instrumental metodológico-hermenêutico que auxilie tanto pesquisas linguísticas e jurídicas como sociais na interpretação das ideologias. E André Xavier, da University of British Columbia, em parceria com Natália Bentes, do Centro Universitário do Pará, com o artigo *Limites, desafios e oportunidades de participação na gestão de recursos hídricos: uma análise do marco jurídico internacional e uma revisão integrativa da literatura sobre participação nos comitês de bacias hidrográficas brasileiros*, propõem identificar e analisar os limites, os desafios e as oportunidades de participação nos Comitês de Bacias Hidrográficas brasileiros, trazendo uma análise integrativa da literatura sobre o tema.

Dentre os artigos nacionais, Álvaro da Rocha, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Paulo Dias, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, e Tiago Cunha analisam a problemática do controle das narrativas institucionais dos magistrados em *Entre decisionismos e realismos: desafios impostos à compreensão dos aspectos normativo e transcendental da linguagem jurídica do Estado moderno*. Luiz Antônio de Almeida, do Ministério Público do Mato Grosso do Sul, analisa a aplicação da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB nos processos de licenciamento ambiental no artigo *O termo de compromisso do artigo 26 da LINDB, o licenciamento ambiental e a proteção do direito ao meio ambiente*.

O artigo *“Ecomafia”: a experiência italiana no enfrentamento dos crimes ambientais de perfil mafioso*, de Ney Bello, do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, e de Bruno Leal, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, tem por objetivo investigar a experiência italiana na repressão penal aos crimes ambientais de perfil mafioso, pondo sob análise a forma com que o Direito Comparado absorveu tais eventos e os desenvolveu em termos de dogmática penal. Guilherme Ricken e Luíz Fernando Massoneto, ambos da Universidade de São Paulo, apresentam as transformações e as ressignificações do conceito de “liberdade” tratado na obra de Francisco Campos no artigo *Notas sobre o conceito de “liberdade” em Francisco Campos*.

O artigo *Práticas circulares na violência doméstica: terapia e reconciliação*, de Carmen Hein de Campos e Jacqueline Padão, ambas do Centro Universitário Ritter dos Reis, analisa como certas práticas associadas à justiça restaurativa são utilizadas acriticamente e acabam por reproduzir estereótipos de gênero e violência doméstica. Robert Bonifácio e Claudiney Rocha, da Universidade Federal do Goiás, investigam a superlotação carcerária nas unidades federadas após o Estado de Coisas Inconstitucional declarado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) na cautelar da Arguição por Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 347 em *Superlotação carcerária e custo penitenciário no Brasil pós-Estado de Coisas Inconstitucional (2015-2018)*.

Adriano de Amorim, do Centro Universitário de Brasília, em *Democracia e reforma das instituições de Defesa Nacional*, aborda a reforma das instituições no contexto da justiça de transição no Brasil, com ênfase naquelas relacionadas à função da Defesa Nacional. O tema da resiliência governamental fiscal é tratado por Anderson Roepke, Leany Lemos e Weder de Oliveira, os três do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, no artigo *Um exercício sobre resiliência fiscal: o teto de gastos públicos e o fundo para incertezas econômicas como instrumentos de gestão fiscal eficiente*.

A presente edição traz também um conjunto de quatro artigos que abordam temas relacionados à proteção de dados. Em *A, B, C, Google: riscos ao direito fundamental à proteção de dados de crianças e adolescentes no G Suite for Education*, Marco Aurélio Marrafin e Elora Fernandes, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, buscam compreender como os dados de crianças e adolescentes têm sido tratados por uma das tecnologias educacionais mais utilizadas em todo o mundo: o *G Suite for Education*. Guilherme Pinheiro, Gabriel Souto, ambos do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, e Amanda Lemos, da Universidade de

Brasília, pretendem compreender a portabilidade de dados pessoais, sob a perspectiva da infraestrutura e do mercado das plataformas digitais a partir do estudo do caso Microsoft Bing vs. Google Adwords no artigo *O direito à portabilidade de dados pessoais e as consequências de sua (não) implementação para o direito concorrencial*.

Danilo Nunes, do Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto, Lucas Lehfeld, da Universidade de Ribeirão Preto, e Dirceu Siqueira, do Centro Universitário Cesumar de Maringá, analisam os parâmetros para captação, uso, manejo, tratamento e conservação de dados, reconhecendo a proteção deles como direito fundamental em *Parâmetros jurídicos ao uso de dados pessoais como estratégias de negócios*. E, finalizando o tema, no artigo *A Lei Geral de Proteção de Dados nas plataformas de mobilidade urbana no contexto da economia e do urbanismo orientados por dados*, Mateus Fornasier e Norberto Knebel, da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, analisam a aplicabilidade da Lei Geral de Proteção de Dados como marco de proteção de dados pessoais, no contexto de um urbanismo orientado por dados que disciplinam os sistemas de mobilidade urbana.

Com a publicação da presente edição, esperamos que a Revista contribua para promover discussões, debates e divulgação de conhecimento científico qualificado.

Luciana Silva Garcia
Editora-adjunta

João Paulo Bachur
Editor-chefe